

# Emanuel anuncia construção de 192 casas populares

Emanoela Daiane/Secom Cuiabá

## Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), em parceria com a Caixa Econômica Federal, a empresa MaisLar e o Governo Federal, através do Ministério das Cidades, anunciou a construção de 192 unidades habitacionais na região do bairro Tijucal. O projeto integra o programa 'Minha Casa, Minha Vida - Faixa 1', e trará esperança a centenas de famílias que sonham com a casa própria.

Conforme o prefeito, o projeto foi articulado pelo deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho (MDB), vice-líder do governo Lula (PT) na Câmara dos Deputados.

"Hoje é um dia de grande felicidade, pois estamos dando mais um passo importante para beneficiar a população de Cuiabá, especialmente aqueles que aspiram por moradia popular", afirmou Emanuel Pinheiro. "Graças à ar-

ticulação direta do deputado Emanuelzinho, firmamos um contrato com a Caixa e a MaisLar para dar início a esta obra que transformará a vida de muitas famílias cuiabanas", completou.

Com previsão de início imediato, as obras têm duração estimada de 18 meses. Com a entrega dessas unidades, a gestão de Emanuel Pinheiro terá distribuído cerca de 1.500 casas populares para famílias de baixa renda em Cuiabá. As obras devem ter início até a primeira quinzena de dezembro.

"Com essas 192 unidades articuladas por Emanuelzinho em Brasília, já chegamos a quase 1.500 moradias entregues, beneficiando diretamente a população de baixa renda de Cuiabá. Essa articulação resultou nas entregas dos conjuntos habitacionais Nico Baracat 1, 2 e 3, que somam mais de 1.200 unidades. Agora, adicionamos mais 192 no Tijucal, também pelo programa Minha



Casa, Minha Vida, Faixa 1. Continuamos lutando por outras iniciativas importantes para Cuiabá, como as obras do Jonas Pinheiro", destacou o prefeito.

Emanuelzinho ressaltou a importância do projeto para reduzir o déficit habitacional em Cuiabá e revelou que o presidente Lula autori-

zou mais de mil unidades para a capital.

"Estou muito feliz em celebrar este empenhimento. São 192 casas prontas para o início das obras, dentro de um total de mais de mil unidades habitacionais autorizadas pelo presidente Lula para Cuiabá, atendendo ao nosso pedido e articulação. É

gratificante contribuir para a redução do déficit habitacional, garantindo moradias dignas para as famílias que mais precisam. Com a bênção de Deus, espero que esse seja um passo rumo a um futuro próspero para todas elas em Cuiabá", explicou Emanuelzinho.

O programa 'Minha Casa, Minha Vida'

tem como público-alvo grupos de baixa renda e visa beneficiar pessoas em áreas rurais e urbanas, incluindo comunidades tradicionais, como quilombolas e povos indígenas, com prioridade para grupos mais vulneráveis, como mulheres chefes de família e famílias em áreas de risco.

## TERRA DE OPORTUNIDADES

# MT gera 1,7 mil novos empregos

## Gabriel Soares

Mato Grosso fechou setembro com saldo positivo na geração de empregos formais, totalizando 1.723 novas vagas com carteira assinada, conforme os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O resultado é fruto de 51,7 mil admissões e 50 mil desligamentos no mês, fortalecendo o estoque de empregos formais no estado, que chegou a 971,6 mil postos.

Quatro dos cinco segmentos de atividades econômicas registraram saldo positivo de emprego durante o mês. O setor de Serviços liderou a criação de vagas, com 1.121 novos postos de trabalho. Outros setores também apresentaram saldo positivo: Indústria (+360), Construção (+251) e Comércio (+90). Apenas a Agropecuária registrou desempenho negativo, com o fechamento de 99 vagas.

A capital foi o município com o melhor saldo de empregos no estado, com 848 novos postos criados em setembro, elevando o estoque para 221,6 mil empregos formais. Entre as demais cidades que também contribuíram para o saldo positivo em Mato Grosso estão Várzea Grande (236), Lucas do Rio Verde (177), Nova Mutum (116) e Cocalinho (112).



Gilberto Leite

**CENÁRIO NACIONAL** - Mato Grosso acompanhou a tendência nacional, que registrou 247.818 novos empregos formais no mês, com saldo positivo em todos os estados e em quatro dos cinco principais setores econômicos. No país, o setor de Serviços foi novamente o grande gerador de empregos, com 128.354 novos postos, seguido pela Indústria (59.827), Comércio (44.622) e Construção (17.024). Apenas a Agropecuária apresentou retração, com uma redução de 2.004 vagas em nível nacional.

Todas as unidades da Federação fecharam o mês de setembro com

saldo positivo na geração de empregos formais. Os estados que com maior saldo foram São Paulo (57.067 vagas criadas), Rio de Janeiro (19.740) e Pernambuco (17.851). A região Sudeste se mantém como a maior geradora de emprego no mês de setembro, com 98.282 vagas. Em seguida aparecem o Nordeste (77.175), o Sul (38.140), o Norte (15.609) e o Centro-Oeste (15.362).

No acumulado de janeiro a setembro, o Brasil criou mais de 1,98 milhão de vagas formais, superando o saldo anual de 2023, que foi de aproximadamente 1,45 milhão de novas vagas.

Desde o início da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023, o Brasil somou 3,43 milhões de empregos formais, alcançando o recorde de 47,49 milhões de postos com carteira assinada.

Entre as contratações de setembro, homens e mulheres ocuparam um número praticamente equilibrado de novas vagas. Dos novos postos, 125.544 foram preenchidos por homens, e 122.274 por mulheres. Trabalhadores com ensino médio completo representaram o maior grupo de novos contratados, somando 165.388 vagas.

\*Com assessoria

## Dr. João diz que mudança seria "traíração"

### Da redação

Eleito primeiro-secreário da Assembleia Legislativa para o próximo biênio, o deputado Dr. João (MDB) disse na quinta-feira, 31 de agosto, que os parlamentares devem repetir a mesma formação da Mesa Diretora caso o Supremo Tribunal Federal (STF) determine uma nova eleição na Casa de Leis. Em conversa com jornalistas, ele afirmou que qualquer mudança seria "extrema traíração" e poderia arruinar a imagem da Assembleia.

A eleição da Mesa Diretora foi contestada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em ação no STF, devido à antecipação da escolha da Mesa Diretora do próximo biênio. A Procuradoria da Assembleia deve contestar a ação, na tentativa de manter a decisão que já foi tomada pelos deputados estaduais.

"Bom, eu acho que se acontecer uma situação dessa [mudança na Mesa], uma extrema traíração, né? A imagem da Assembleia, na minha opinião, ela vai ser muito arruinada, né? Porque foi feito uma coisa de consenso, com muitas reuniões, com muitas conversas e chegou numa situação que foi eleita por unanimidade", afirmou.

Em conversa com jornalistas, Dr. João também explicou que, quando conversaram sobre a composição da Mesa Diretora, os parlamentares não levaram em consideração às eleições

municipais, se seriam eleitos ou não, já que o foco deles no momento era apenas a composição do comando da Casa.

Apesar de alguns deputados não terem vencido as eleições municipais, Dr. João acredita que a chapa já eleita na Assembleia poderá ser repetida. Ele lembra que houve unanimidade na eleição da Mesa Diretora, pois havia um acordo entre todos os parlamentares.

"Eu acredito, todo o clima, pelo seguinte: é uma chapa que foi criada, ela foi eleita por unanimidade. Eu estava conversando hoje com algumas pessoas, isso aconteceu, se não me engano, há 16 anos atrás, na eleição do Sérgio Ricardo. Quer dizer, é muito difícil, a gente sabe a guerra que foi. E essa aqui foi uma eleição tranquila e também por unanimidade. Então, acho que não justifica a gente não tirar essa chave ou ficar com medo de ter alguma mudança. Foi uma eleição livre, sem discussão, sem problema nenhum, que não teve rejeição. Eu acho que não justifica a mudança", disse.

Na ação, o procurador-Geral da República, Paulo Gonet Branco, afirma que o parlamento não respeitou o regimento interno da Casa, que prevê a eleição somente na última sessão ordinária do mês de setembro. Além disso, o MPF argumenta que, por simetria com a Constituição Federal, a eleição só deveria acontecer a partir do mês de outubro.

## EDITORIAL

## Transformação sustentável

A indústria de Mato Grosso tem sido um testemunho brilhante da capacidade de adaptação e inovação em face das mudanças socioeconômicas e ambientais. Dos antigos engenhos de açúcar aos modernos complexos de bioenergia, o cenário industrial do estado trilhou um caminho de notável evolução ao longo dos anos.

A trajetória dessa evolução é pontuada por marcos significativos. A incorporação do cultivo de cana-de-açúcar no século XVIII representou o embrião da trans-

formação que estava por vir. A diversificação da produção de biocombustíveis, com o uso do milho e tecnologias inovadoras, catapultou Mato Grosso para a vanguarda da indústria nacional. Recentemente, a produção de etanol de milho ultrapassou a marca de 4 bilhões de litros, sendo um catalisador crucial nessa jornada.

Esse crescimento impressionante trouxe não apenas relevância econômica, mas também um profundo compromisso com a sustentabilidade. Mato Grosso emerge como líder na geração de

energia renovável, destacando-se em tecnologias que contribuem para a economia circular e a redução de impactos ambientais. A diversificação dos subprodutos da cana-de-açúcar, como cogeração de energia, biogás e biofertilizantes, sublinha a visão holística adotada pelo setor.

O reconhecimento internacional dessa evolução é mais que merecido. A produção de biocombustíveis do estado é alçada à posição de destaque, com recordes de produção e eficiência. As vitórias não estão apenas no campo econômico, mas também na promoção de uma indústria que assume a responsabilidade pelo bem-estar social. O com-

prometimento com ações sociais evidencia a consciência e o coraço por trás das operações industriais em Mato Grosso.

Contudo, é essencial manter a humildade e a cautela à medida que avançamos. O desafio é manter o ímpeto, sempre buscando um futuro sustentável. Em meio ao cenário de mudanças climáticas que ameaçam ecossistemas globais, a evolução da indústria em Mato Grosso assume um papel de destaque e urgência na promoção de ações sustentáveis, fazendo frente ao maior desafio da geração atual.

Em um país conhecido por suas riquezas naturais, a evolução da indústria de Mato Grosso

é uma história que merece ser contada e celebrada. O estado se destaca não apenas como produtor, mas como um modelo a ser seguido em termos de responsabilidade ambiental, social e econômica. O exemplo de Mato Grosso deve inspirar outras regiões a abraçar a inovação e a sustentabilidade em suas próprias trajetórias industriais.

A jornada da indústria de Mato Grosso é uma prova tangível de que a adaptação inteligente, a tecnologia inovadora e a consciência ambiental podem se unir para criar um futuro brilhante e próspero. As realizações até agora são um tributo à resiliência humana e à visão de um futuro melhor.

## Mulheres e a economia

Rosana Leite (\*)

Algumas pesquisas divulgadas na última semana trouxeram a lume a realidade quanto a representação das mulheres para a economia atual. Pela primeira vez foi aferido que existem mais mulheres na posição de comando das casas brasileiras.

Pelo Censo de 2022, do IBGE, 34,1% são responsáveis pela casa, e 25% foram apontadas como cônjuge ou companheira. É de se ressaltar que o Censo de 2010 mostrava um cenário de que 22,9% eram responsáveis pelo lar. Os novos números mostraram que o comando de casa por mulheres passou a ser praticamente na mesma proporção dos homens.

De outro lado, pesquisa da Catho "Mães 2024" divulgada na Revista Crescer, externa os desafios enfrentados pelas mulheres e mães no mercado de trabalho. As mulheres, 86% delas, relataram ser frequente em entrevista de emprego a pergunta: "Você tem filhos?" Essa dúvida se torna bastante preocupante, externando a sobrecarga ma-

terna quando se cuida da vida profissional do gênero feminino.

Se não bastasse a pergunta quanto a ter ou não filhos e filhas, as mulheres ainda são "bombardeadas" com o questionamento de quem ficaria responsável pelos descendentes delas enquanto elas laboram, em 75%. É de se ressaltar as que já encontram inseridas nas carreiras, cerca de 40% delas relatou ter perdido oportunidade de promoção ou desenvolvimento por ser mãe.

Outras 52% relataram que deixaram de exercer alguma atividade como mãe por medo de perder o emprego. As discriminações contra elas não param por aí, pois 50% das participantes da pesquisa foram questionadas se tinham a intenção de serem mães.

Voltando ao comando dos lares por elas, segundo o IBGE, em 10 estados do Brasil, 8 do Nordeste, as mulheres comandam mais da metade das casas. Os menores dados são de Rondônia (44,3%) e Santa Catarina (44,6%). Mostra o estudo

que 29% das casas onde as mulheres são responsáveis há presença de um filho ou filha e ausência de cônjuge. As mulheres são mães solo em 3 a cada 10 lares. No comando dos domicílios por mulheres, as negras são responsáveis por 6% das casas que possuem mais de seis pessoas.

Essas pesquisas dizem muito sobre como o patriarcado colocou em oposição homens e mulheres. Os desafios que tomam conta da sociedade demonstram a desproporcionalidade do cenário profissional entre os gêneros. As mulheres carecem de suporte adequado a exercerem as jornadas que estão sendo propostas. As duplas e triplas jornadas femininas existem, e persistem em um mundo onde o PIB depende sobremaneira das mulheres. Vê-se que mesmo comandando os lares, persistem as discriminações.

A divisão sexual do trabalho ainda é fator a controlar as muitas tarefas delas. Anteriormente era visível os papéis de gênero delineados de maneira bem clara. Homens que não podiam falhar em absolutamente

nada, por serem fortes; e mulheres como esposas e mães zelosas e boas donas de casa. Mulheres abandonavam os sonhos e deixavam que apenas os seus parceiros pudessem alcançar o reconhecimento no labor fora de casa.

Os dois estudos citados trazem reflexões precisas dos estereótipos de gênero, compreendidos como repetição automática de comportamentos e papéis estabelecidos entre homens e mulheres, como assinala Silvia Pimentel.

Rupi Kaur foi precisa: "Qual é a maior lição que uma mulher pode aprender? Que desde o primeiro dia, ela sempre teve tudo o que precisa dentro de si mesma. Foi o mundo que a convenceu que ela não tinha."

\*ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual e mestra em Sociologia pela UFMT.



## A voz das urnas

André Naves (\*)

A cada novo ciclo eleitoral, a democracia brasileira reforça a mensagem de que o povo deseja ser protagonista de sua própria trajetória, apostando em um futuro que valorize o trabalho, a liberdade e a iniciativa individual. As urnas, mais uma vez, emitiram um recado claro: o país quer ver ações concretas de facilitação, simplificação e desburocratização do ambiente econômico, que promovam um espaço fértil para a livre iniciativa e o empreendedorismo. Neste contexto, conceitos como disciplina, perseverança e alteridade se destacam como valores fundamentais não apenas para o crescimento individual, mas para a construção de uma sociedade mais justa e próspera.

A disciplina, neste cenário, representa a disposição para a realização dos propósitos pessoais e coletivos, necessária para a construção de uma sociedade de oportunidades. Ao simplificar processos, reduzir barreiras e descomplicar o empreendedorismo, os governantes não apenas incentivam o crescimento econômico, mas

também promovem um ambiente em que cada cidadão possa desenvolver suas habilidades e contribuir para o progresso nacional. Assim, a disciplina se manifesta na força de vontade de cada indivíduo que, diante de um ambiente mais acessível, sente-se motivado a investir em seus projetos, trabalho e negócios.

A perseverança, por sua vez, representa a capacidade de enfrentar as adversidades que surgem pelo caminho. Em um ambiente de negócios que incentiva o empreendedorismo e a inovação, os obstáculos tornam-se não apenas dificuldades a serem superadas, mas oportunidades de aprendizado e crescimento. Perseverar, nesse contexto, significa olhar para os problemas e buscar soluções criativas. A perseverança é, de fato, uma qualidade essencial para o desenvolvimento econômico, que só é alcançado quando as dificuldades são encaradas como etapas rumo ao progresso.

Por último, a alteridade — a capacidade de reconhecer e valorizar as qualidades e talentos dos outros, ao mesmo tempo em que se aprende com elas — é igualmente crucial para o desenvolvimento social e

econômico. A alteridade permite a cooperação. Cada cidadão e cada setor da economia encontram espaço para contribuir com o todo. Em uma sociedade que valoriza o potencial de cada indivíduo, o respeito e a valorização das diferenças tornam-se alicerces para a construção de uma economia inclusiva, que acolhe a diversidade e promove a igualdade de oportunidades. Neste contexto, a alteridade não é apenas um ideal, mas uma prática essencial para o fortalecimento do tecido social, que se torna, assim, mais unido e preparado para enfrentar os desafios.

O setor do agronegócio brasileiro ilustra de maneira bem prática esses valores. Com sua capacidade de transformar áreas antes estérteis em terrenos produtivos, o agronegócio se tornou um motor de desenvolvimento econômico e inclusão social. Através da tecnologia, da inovação e da dedicação de milhões de trabalhadores, o Brasil passou de importador de alimentos a uma das maiores potências agrícolas do mundo, gerando emprego e melhorando os índices de desenvolvimento humano nas regiões onde atua. Esse setor exemplifica como a aplicação de

disciplina, perseverança e alteridade pode não apenas elevar os padrões de vida, mas também impulsionar o progresso e a emancipação social.

As eleições refletem, portanto, o desejo popular por um Brasil que valorize o esforço individual e a livre iniciativa, criando um ambiente onde todos tenham a oportunidade de crescer. Para os políticos, a mensagem das urnas é um chamado à ação.

Disciplina, perseverança e alteridade devem ser os pilares de políticas que respeitem a vontade popular e promovam o desenvolvimento humano. Que essa voz seja ouvida com atenção e respeito, permitindo que o país avance em direção a uma sociedade mais digna, inclusiva e justa.

\* ANDRÉ NAVES é Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos, Inclusão Social e Economia Política. Escritor, professor, ganhador do Prêmio Best Seller pelo livro "Caminho - a Beleza é Enxergar", da Editora UICLAP (@andrenaves.def).



## Servidor público 5.0

Sandro Brandão (\*)

Podemos pensar que, num mundo altamente conectado digitalmente, o principal recurso é a tecnologia. Mas me permita falar da essencial ferramenta que permitirá sempre a evolução de nossa sociedade: as pessoas. Não no sentido individualizado, mas nas conexões que estabelecem umas com as outras.

Nascemos e já estabelecemos conexões com o ambiente onde estamos e, ao longo da vida, criamos novos vínculos: em nosso trabalho, amizades e interesses variados. Naturalmente, esses vínculos se fortalecem, num processo de retroalimentação. Assim, o fortalecimento dessas conexões permite que nossas ideias ganhem substância.

Se deixamos nossos vínculos fracos, entramos num processo repetitivo, não

ampliamos o fluxo de retorno e passamos a depender só de nós mesmos; como somos limitados, nos enfraquecemos, pois o novo vem do saber dos outros, das experiências, suprimindo as carências que possuímos.

Nosso pensamento cria aquilo que queremos e as conexões nos ajudam a dar materialidade ao que era apenas potencial em nossa mente. É o processo de adensamento do possível para o real, o plasma cultural. O conjunto está sempre em movimento e precisamos dele para termos mais densidade em nossas ações. Ninguém vive sozinho. A riqueza do contato com pessoas com habilidades diferentes nos permite aprender muito além de onde chegaríamos sozinhos.

A tecnologia, presente em todas essas conexões, é uma aliada e um suporte, não o objetivo final. A facilidade e eficiência que trazem são tão integradas ao nosso dia a

dia que se ficarmos alguns instantes sem internet, é quase uma catástrofe mundial. As pessoas mal conseguem trabalhar, lojas podem ficar inviabilizadas de vender. Essas tecnologias se tornam quase invisíveis, tal como eletricidade ou água encanada, cuja falta momentânea gera inquietação. Alguns minutos de indisponibilidade causam a comoção do absurdo e esquecemos que de 525.600 minutos de um ano, ficar sem um serviço por 120 minutos, por exemplo, é aproximadamente 0,02% do tempo. É tão crítico que deveríamos propor uma nova categoria na hierarquia de necessidades de Maslow (Pirâmide de Maslow), adicionando abaixo das necessidades fisiológicas, a categoria Tecnologia (wifi, bateria, internet, aplicativos etc). Quem não sente o pavor de apenas um tracinho no sinal wifi ou do arrebatedor sinal da bateria ficando sem carga?

Entretanto, essa dependência da tecnologia não deve obscurecer o fato de que a aprendizagem e a evolução mais significativas ocorrem no movimento fluido e constante entre a comunicação do grupo e a individual, entre a colaboração com pessoas motivadas e o diálogo de cada um consigo mesmo. Nesse contexto, a tecnologia será nossa aliada nesse processo. Como disse o professor do MIT Richard Bookstaber: "Nenhum homem é melhor do que uma máquina. E nenhuma máquina é melhor do que um homem com uma máquina."

Chico Xavier já dizia para que ninguém guarde a presunção de elevar-se sem o auxílio dos outros, embora não deva buscar a condição parasitária para a ascensão. Referimo-nos à solidariedade, ao amparo proveitoso, ao concurso edificante. O diálogo pessoal constante e atento mantém os canais abertos para a intuição, para uma percepção mais ampla e acurada, para mapear melhor o que pode ajudar-nos e enriquecermos como pessoas, para iluminar sentidos obscuros, rever crenças inadequadas, superadas, simplistas e poder descartá-las. A colaboração provoca

uma contínua adequação das expectativas e intenções, a partir das trocas, contribuições de cada um, que nos servem de espelho para enxergar-nos e, ao mesmo tempo, nos desafiam a ampliar nossa visão, ideias, sentimentos e valores.

Que possamos deixar no real e no potencial o registro do caminho do que achamos que é o melhor. Porque se outras pessoas se somarem a este caminho, teremos sustentabilidade suficiente para a tão desejada modelagem cultural. Do contrário, se cada um pensar apenas em si, a sustentabilidade se enfraquece, e não se molda uma nova forma de pensar.

A administração pública é muito abstrata para quem não a vive plenamente, muito complexa para quem está dentro dela e, ainda assim, essencial para a vida de todos. Servir aos outros é uma regra da natureza e um dos maiores ensinamentos de Jesus. Servir implica tornar-se um agente do progresso. Quem serve vive em paz, pela consciência do dever atendido.

Nós servidores públicos temos uma riqueza em nossas mãos. A capacidade de melhorarmos a vida de muita gente. Mas dilatados recursos nas mãos, a serviço de uma mente sem propósito e impregnada pelo individualismo, constituem tesouros nos braços da insensatez. No final de nossa vida há um posto alfandegário chamado túmulo e seremos questionados sobre o que fizemos com a nossa oportunidade de servir e deixar um legado significativo para a sociedade.

\*SANDRO BRANDÃO é Mestre em Propriedade Intelectual e Inovação, especialista em Transformação Digital e Inovação no setor público, com mais de 20 anos de experiência. Atua na liderança de projetos estratégicos em Mato Grosso, focando na modernização e digitalização dos serviços governamentais.



Jornal  
**IMPRESSO MT**

FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT  
Telefone: 65 99696-6688

**REVIRAVOLTA NA AL**

Em ação no Supremo Tribunal Federal, procurador-geral da República afirma que antecipação da eleição da Mesa Diretora é inconstitucional

# PGR quer anular eleição da Mesa

JLSiqueira/ALMT

**Da redação**

O procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a anulação da eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), que atualmente definiu Max Russi (PSB) como presidente e Dr. João (MDB) como primeiro-secretário. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) argumenta que a votação foi realizada fora do prazo previsto pelo Regimento Interno da Casa, que estipula que a eleição deve ocorrer na última sessão ordinária de setembro do segundo ano legislativo.

De acordo com a petição, o Regimento da ALMT no artigo 15 estabelece que a eleição para a Mesa do segundo biênio deve ser feita "na Ordem do Dia da última sessão ordinária do mês de setembro do segundo ano legislativo, com posse marcada para 1º de fevereiro do ano seguinte". A eleição, no

entanto, foi antecipada e realizada em agosto, situação que, para o procurador-geral, desrespeita as normas de governança da Assembleia e os princípios democráticos.

A eleição da Mesa Diretora foi antecipada para agosto por meio de um acordo entre os deputados estaduais, devido às eleições municipais. À época, os parlamentares concordaram que a coincidência de datas poderia atrapalhar a eleição da nova Mesa Diretora, ainda mais com quatro deputados disputando prefeituras em Mato Grosso.

Gonet cita decisões recentes do STF, as quais determinam que os estados têm autonomia para definir o momento das eleições para as Mesas Diretoras, desde que respeitem os princípios republicanos e democráticos estabelecidos pela Constituição de 1988. Segundo o procurador-geral, a antecipação desse processo para agosto cria um precedente que fere o princípio da con-



PGR quer anular eleição da Mesa que conduziu Max Russi à Presidência e Dr. João à 1ª Secretaria

temporaneidade e o momento apropriado para essas eleições.

Além disso, a PGR sustenta que as eleições para a Mesa Diretora só podem acontecer a partir de outubro do ano anterior ao novo biênio, argumentando que, caso o estado decidir fazer essas eleições antes

do prazo estabelecido, isso pode desrespeitar o princípio de que "as eleições devem ser feitas de forma contemporânea e em momentos apropriados".

"O art. 15 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso determina que a eleição da Mesa

Diretora do segundo biênio ocorra na última sessão ordinária do mês de setembro do segundo ano legislativo. De acordo com os parâmetros de legitimidade constitucional fixados pelo Supremo Tribunal, o dispositivo deve ser declarado inconstitucional", argumenta Gonet.

Além de pedir a anulação do pleito de agosto, o procurador-geral também sugere uma medida cautelar para evitar que a decisão final seja postergada até após a posse da Mesa Diretora em fevereiro, o que poderia gerar insegurança jurídica para a gestão estadual.

**SEM TAPETÃO**

## Botelho defende manutenção da Mesa já eleita

Gilberto Leite



Apesar de ter ficado fora da Mesa, Botelho afirma que não tem interesse em mudar a chapa caso haja nova eleição

**Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), informou nesta quinta-feira, 31 de outubro, que a Casa de Leis ainda não foi notificada sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) do Ministério Público Federal (MPF) que pede a anulação da eleição da Mesa Diretora que ocorreu no último dia 7 de agosto.

Na ação, o procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, afirma que o parlamento não respeitou o regimento interno da Casa, que prevê a eleição somente na última sessão ordinária do mês de setembro. Além disso, o

MPF argumenta que, por simetria com a Constituição Federal, a eleição só deveria acontecer a partir do mês de outubro.

Apesar da ação do MPF, Botelho garante que o Legislativo irá defender a manutenção da eleição anterior, que elegeu o atual primeiro-secretário Max Russi (PSB) como presidente e o deputado Dr. João (MDB) para a 1ª Secretaria.

"Não fomos notificados ainda. Assim que formos notificados, a nossa Procuradoria vai defender a manutenção da eleição, haja vista que já existe essa data há mais de 12 anos e então não teria sentido essa anulação agora. A eleição foi antecipada em semanas, não acredito que vá

mudar qualquer alteração", disse.

À época da eleição da Mesa Diretora, Botelho era pré-candidato a prefeito em Cuiabá e era indicado como o favorito para se tornar o próximo prefeito da capital. Por isso, ele decidiu não participar da chapa encabeçada por Max Russi. Como não foi eleito em Cuiabá, Botelho retornou à Assembleia, mas deve ficar de fora da Mesa Diretora no próximo biênio.

Aos jornalistas, Botelho falou que, por enquanto, não irá discutir uma nova composição da Mesa Diretora, porque acredita na manutenção do resultado da eleição deste ano. Ele reconheceu que outros estados também tiveram a anu-

lação da Mesa devido à data, mas ressaltou que, nesses casos, a eleição da Mesa foi realizada em janeiro. Já no caso de Mato Grosso, a eleição foi antecipada para agosto devido a um acordo entre os parlamentares.

"O Supremo, cada decisão lá é diferente. Por exemplo, para presidente de Assembleia foi liberado que valeria a eleição a partir daquela data, e isso vai ocorrer no Paraná, que está no 6º mandato e vai ser candidato novamente, porque a decisão permitiu e aqui não permitiu que eu seja candidato. Mas, para a 1ª Secretaria eu posso, mas não sei se serei [candidato]. Vou aguardar e discutir com o pessoal aqui", comentou.

**POLÊMICA AMBIENTAL**

## Mauro Mendes não teme retaliação a Mato Grosso

**Da redação**

O governador Mauro Mendes (União) defendeu a lei que corta incentivos fiscais das empresas signatárias da Moratória da Soja em Mato Grosso. O texto tem sido alvo de ataques de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e das empresas que podem ser afetadas. Porém, o governador sustenta que a Moratória da Soja contraria nosso Código Florestal Brasileiro e exige dos agricultores mato-grossenses algo que não está previsto na lei brasileira.

A moratória da soja, foi um acordo internacional criado em 2006 protagonizado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e Associação Nacional dos Exportadores de Cereais

(Anec). O acordo assegura que a soja produzida e comercializada pelos signatários não seja proveniente de áreas da Amazônia desmatadas após 2008.

Para Mendes, a questão ambiental é, sem dúvida, delicada. Porém, ele ressalta que o governo do Estado trata esse assunto com bastante responsabilidade.

"Não podemos aceitar que empresas se uniam, possam criar uma união entre elas e exigir dos mato-grossenses algo que não está previsto na lei brasileira. É um desrespeito ao Congresso Nacional, a todos nós brasileiros e ao país", comentou.

Segundo o governador, as empresas que aderiram à Moratória da Soja agem de forma ilegal e não respeitam o Código Florestal Brasileiro. A lei aprovada

em 2008 determina que propriedades rurais em áreas florestais do bioma amazônico são obrigadas a preservar 80% das áreas como reserva legal, permitindo utilizar o 20% da área para produção.

"Estão praticando a ilegalidade, se estão praticando, nós temos o dever de agir, e estamos agindo dentro daquilo que é o limite da nossa competência nacional" afirmou Mauro.

O governador ressaltou ainda que não pode haver um desequilíbrio na relação entre as tradições de soja e os agricultores mato-grossenses, o que acontecia com a vigência da Moratória de Soja. Confiante, ele sustenta que há uma interdependência entre as partes e, por isso, não deve haver impacto significativo nas exportações de soja do estado.

"Nós precisamos vender tudo que nós produzimos, não temos capacidade de consumir aqui dentro, muito menos dentro do país. Nós precisamos vender a nossa soja para o mundo, agora essas empresas também precisam comprar. Nenhuma relação pode existir ou continuar existindo se houver um desequilíbrio muito grande de interesse entre as partes. Nós precisamos das grandes tradições, mas elas precisam comprar do Brasil e comprar de Mato Grosso quando se fala em agronegócio", comentou.

**ABIOVE CONDENA A LEI** - A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), representante de várias empresas que compram a soja mato-grossense, condenou a lei que faz retaliação

à Moratória da Soja. Segundo a entidade, "a lei pode representar um risco à reputação do País como um produtor sustentável", pois a soja era apontada como principal vetor de desmatamento da Amazônia até 2006.

A entidade lembra que o acordo foi criado com o objetivo de atender os clientes do mercado europeu e entidades da sociedade civil, que exigiam açores concretos dos exportadores brasileiros. A finalidade era não perder esse mercado, que até hoje representa cerca de 50% das exportações de farelo de soja brasileiro.

"A área ocupada com soja no bioma Amazônia passou de 1,41 milhão de hectares para 7,43 milhões, respectivamente (420%), com uma parcela residual de apenas 250 mil hectares asso-

ciada a desflorestamentos ocorridos após 2008. Estes números são um indicativo de que a moratória não impediu ou limitou a expansão da soja no bioma, mas favoreceu seu desenvolvimento sem a conversão de floresta primária", diz a entidade.

Em nota enviada ao Jornal Estação Mato Grosso, a Abiove também relatou que "as exportações de soja oriunda do bioma Amazônia aumentaram de 3 milhões para 18,5 milhões de toneladas (516%), enquanto as exportações totais do Brasil cresceram 224% no mesmo período".

Segundo os dados da Plataforma Soja na Linha, 25 empresas são signatárias hoje da Moratória da Soja. Entre elas, estão gigantes do setor como Amaggi, Bunge, Cargill e Cofco.



# HMC

**Isso é mudança nossa**

Dá para ver a mudança nos quatro cantos da cidade, que agora tem mais estrutura, educação, saúde e qualidade de vida. Hoje, os cuiabanos vivem em uma nova Cuiabá, humanizada e preparada para continuar avançando.

**Cuiabá tá que transforma**  
**Isso é mudança nossa**



**CUIABÁ**  
PREFEITURA